



CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

REQUERIMENTO DE PROTESTO

VOTO DE PROTESTO contra a Privatização das Escolas no Estado de São Paulo. AUTOR: Vereador Ricardo Alvarez (PSOL)

Senhor Presidente

Ao longo dos últimos anos, assistimos com crescente preocupação ao processo de sucateamento e abandono das escolas públicas no estado de São Paulo, promovido desde a década de 1990 pelos governos tucanos. Faltavam investimentos, valorização dos profissionais, diálogo com a comunidade escolar, democracia.. enfim, um processo de destruição da educação pública.

Em 2022, com a eleição do governador Tarcísio de Freitas, o cenário ficou ainda mais assustador. Primeiro, trouxe para ser seu secretário o mercador da educação Renato Feder, que já havia ocupado o mesmo cargo no Estado do Paraná onde, além de fazer negócios suspeitos com o próprio Governo, também iniciou um projeto de privatização das escolas. Não demorou muito e o mesmo processo de entrega do serviço público começou em São Paulo. O leilão, que concedeu a um consórcio privado a gestão e a construção de escolas públicas, levanta uma série de questões sobre o compromisso do governo com a qualidade e o acesso à educação pública.

Privatizar as escolas representa uma transformação estrutural que ameaça a universalidade e a equidade no ensino público. Sob essa gestão privada, há um risco concreto de que decisões sobre o ensino e o ambiente escolar sejam orientadas pelos interesses do lucro, em vez do compromisso com o bem-estar e o desenvolvimento dos estudantes. Em outras palavras, valores educacionais fundamentais, como o diálogo, a inclusão, o interesse público e a formação cidadã, podem ser sacrificados em prol de metas financeiras, comprometendo a essência da educação pública, gratuita e de qualidade.

A suspensão temporária dessa privatização pela Justiça de São Paulo trouxe um alívio momentâneo, mas ainda é insuficiente. A escolha da empresa vencedora, com histórico questionável de sucateamento e de aumentos de preços em outros serviços públicos, como se vê no Serviço Funerário da capital, só reforça o receio de que a gestão das escolas fique subordinada a interesses econômicos, desprezando os direitos e as necessidades dos estudantes.

Por isso, REQUEIRO, ouvido o douto Plenário, a inscrição em suas atas de VOTO DE PROTESTO contra a privatização das escolas públicas do Estado de São Paulo e faço um apelo para que as autoridades reconsiderem essa decisão, priorizando políticas que





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

fortaleçam a educação pública, ampliem o acesso à formação integral e valorizem os profissionais da educação. A responsabilidade do governo é garantir um ensino acessível, inclusivo, democrático, laico e de qualidade para todos, sem terceirizações que comprometam esse direito fundamental.

A educação é um direito, não uma mercadoria!

1) Tarcísio Gomes de Freitas - Governador Governo do Estado de São Paulo

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 12 de novembro de 2024.

Ver. Ricardo Alvarez
VEREADOR



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 350037003400310038003A005000. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.